

TERMOS DE REFERÊNCIA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**“P116/2025 - CONCEÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO
FESTIVA E DECORATIVA DO NATAL DE 2025 PARA AS
CIDADES DE OURÉM E FÁTIMA (16220/2025)”**

CONCURSO PÚBLICO – CONCEÇÃO

ÍNDICE

Artigo 1º - Identificação do Concurso e Objeto	3
Artigo 2º - Modalidade do Concurso	3
Artigo 3º - Entidade Adjudicante e Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4º - Descrição dos Trabalhos de Conceção a Observar	4
Artigo 5º - Decisão de Selecionar	11
Artigo 6º - Processo de Concurso	11
Artigo 7º - Esclarecimentos	11
Artigo 8º - Visitas aos Locais	12
Artigo 9º - Júri do Procedimento	12
Artigo 10º - Concorrentes	13
Artigo 11º - Documentos a Apresentar no Concurso Público de Conceção	14
Artigo 12º - Prazo e Modo de Apresentação dos Documentos	16
Artigo 13º - Critérios de Seleção	17
Artigo 14º - Avaliação dos Trabalhos de Conceção	17
Artigo 15º - Decisão de Seleção	18
Artigo 16º - Prémios	18
Artigo 17º - Documentos de Habilitação	19
Artigo 18º - Divulgação da Decisão de Seleção	19
Artigo 19º - Direitos de Autor	19
Artigo 20º - Procedimento por Ajuste Direto, nos termos do n.º 2 do art.º 219-A do CCP	20
Artigo 21º - Documentos dos Termos de Referência	20

Artigo 1º **Identificação do Concurso e Objeto**

1. O presente concurso de conceção, na modalidade de concurso público, com a designação de **“Conceção de Projeto de Iluminação Festiva e Decorativa de Natal do natal de 2025 para as cidades de Ourém e Fátima.**
2. Os trabalhos de conceção objeto do presente concurso devem observar os requisitos constantes do presente termo de referência.
3. O Município de Ourém tem a intenção de adjudicar, por ajuste direto, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação, a elaboração dos projetos para a concretização do trabalho de conceção selecionado, nos termos previstos no Caderno de Encargos.
4. O objeto do presente concurso insere-se, para efeito de classificação, conforme vocabulário comum para contratos públicos, (CPV), no código 79421200-3 – Serviços de conceção de projetos, exceto projetos de construção, de acordo com o Regulamento (CE) nº 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União europeia nº L 74, de 15 de março de 2008.

Artigo 2º **Modalidade do Concurso**

O presente procedimento reveste a forma de concurso público de conceção, nos termos do disposto nos artigos 219.º-A e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e doravante designado por CCP, e encontra-se sujeito ao princípio do anonimato, conforme n.º 2 do art.º 219.º-B do mesmo diploma legal, aplicando-se subsidiariamente, as restantes disposições do Código em matéria de formação dos contratos.

Artigo 3º **Entidade Adjudicante e Órgão que Tomou a Decisão de Contratar**

1. A entidade adjudicante é o Município de Ourém, representado pela sua Câmara Municipal, sita na Praça D. Maria II n.º 1, 2490 – 199 Ourém, com o número de telefone 249 540 900, e endereço eletrónico www.cm-ourem.pt.
2. O órgão competente para tomar a decisão de selecionar 1 (um) trabalho de conceção é o órgão executivo - Câmara Municipal de Ourém, sob proposta do Júri do Concurso.

Artigo 4º
Descrição dos trabalhos de conceção a observar

1 - Adequação ao espaço:

a) As iluminações deverão ser concebidas de forma a integrarem-se e valorizarem as características arquitetónicas da cidade, apresentando forte relação com o dimensionamento do espaço e a utilização funcional, sociocultural e turística do mesmo;

b) As iluminações deverão ser colocadas em estruturas próprias, árvores e nas fachadas previstas, não podendo ser utilizados os apoios ou colunas da rede de distribuição como suporte;

c) As iluminações propostas não poderão perturbar a circulação de pessoas ou veículos, nem constituir risco para as pessoas e bens, devendo ter em conta as limitações inerentes ao fluxo e segurança de transeuntes nos passeios e à aproximação de transportes públicos dos passeios nas suas paragens;

d) As ruas a contemplar na cidade de Ourém:

- Av.ª D. Nuno Álvares Pereira
- Igreja Matriz de N.ª Sr.ª da Piedade
- Largo Vitorino Carvalho (Museu Municipal)
- Praça Agostinho Albano de Almeida
- Praça Mouzinho de Albuquerque
- Praça D.ª Maria II (Frente ao edifício Municipal)
- Praça D. Maria II (Edifício da Assembleia Municipal)
- Praça D.ª Maria II
- Praça da República (entre Largo Egas Moniz e Rua Afonso Gaio)
- Praça do Município (rua lateral Jardim Le Plessis-Trévise e CGD)
- Praça do Município (Jardim Le Pléssis-Trévise)
- Rotunda da Entrada da EN113
- Rotunda Centro Escolar Stª Teresa
- Rua Afonso Gaio- Aéreos
- Rua Alexandre Herculano

- Rua Neves Eliseu
- Rua Gago Coutinho
- Av.^a dos Bombeiros Voluntários até à rotunda (entroncamento com Rua Dr. Neves Eliseu)
- Rua Dr. Francisco Sá Carneiro até ao cruzamento da Rua de St^a Teresa de Ourém
- Rua de St^a Teresa até ao cruzamento da Av. D. Nuno Álvares Pereira
- Castelo
- Largo da Sé Colegiada
- Largo D.^a Maria I

e) As ruas a contemplar na cidade de Fátima:

- Rotunda dos Pastorinhos
- Rotunda dos Peregrinos
- Av. D. José Alves Correia da Silva
- Separadores na Av. D. José Alves Correia da Silva: Zona Norte (desde a rotunda das velas até ao túnel) e Zona Sul (desde saída do túnel até à rotunda de St^o António)
- Rua João Paulo II
- Rua de Santo António
- Rua Francisco Marto
- Rua Jacinta Marto
- Rua Rainha Santa Isabel
- Rua Cónego Manuel Nunes Formigão
- Avenida Santo Agostinho
- Praça Luis Kondor
- Rua 13 de Maio
- Zona Pedonal entre Hotel St^a Cruz e Café Apollo
- Jardim Lombo d'Égua

2 - Caraterísticas técnicas das estruturas e consumos:

Os concorrentes devem privilegiar a utilização de materiais técnicos, estéticos e artisticamente mais evoluídos, que permitam, entre outros aspetos, evitar a degradação por exposição exterior e privilegiem a fusão da tradição natalícia com novos materiais e tecnologias de baixo consumo energético e respeito pelo meio ambiente e ecologia.

3- Caraterísticas conceptuais e estéticas:

- a) As iluminações propostas deverão ser alusivas à época, apresentar coerência concetual, e adaptarem-se e enquadrarem-se artisticamente à estética da zona urbana a decorarem, primando pela harmonização com a envolvente;
- b) A iluminação decorativa deve apresentar soluções criativas, inovadoras e sustentáveis ao nível do design e da estética, mas também ao nível tecnológico, que confirmem uma maior dinâmica à iluminação e maior possibilidade de interatividade com o público;
- c) Nos casos de utilização de *lettering*, deve o mesmo ser coerente em todas as peças;
- d) A proposta deverá incluir, no mínimo, as seguintes caraterísticas técnica/estéticas:

Cidade	Local	Tipologia mínima									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Ourém	Av. ^a D. Nuno Álvares Pereira	x									
Ourém	Igreja Matriz de N. ^a Sr. ^a da Piedade		x								
Ourém	Largo Vitorino Carvalho (Museu Municipal) -			x							
Ourém	Praça Agostinho Albano de Almeida				x	x					
Ourém	Praça D. ^a Maria II (Frente ao edifício Municipal)						x				
Ourém	Praça D. Maria II (Edifício da Assembleia Municipal)						x				
Ourém	Praça D. ^a Maria II					x		x			

Ourém	Praça da República (entre Largo Egas Moniz e Rua Afonso Gaio)								X		
Ourém	Praça do Município (rua lateral Jardim Le Plessis-Trévisse e CGD)	X									
Ourém	Praça do Município (Jardim Le Pléssis-Trévisse)									X	
Ourém	Rotunda da Entrada da EN113										X
Ourém	Rotunda Centro Escolar Stª Teresa										X
Ourém	Rua Afonso Gaio	X									
Ourém	Rua Alexandre Herculano	X									
Ourém	Rua Neves Eliseu								X		
Ourém	Rua Gago Coutinho	X									
Ourém	Av.ª dos Bombeiros Voluntários até à rotunda (entroncamento com Rua Dr. Neves Eliseu)-	X									
Ourém	Rua Dr. Francisco Sá Carneiro até ao cruzamento da Rua de Stª Teresa de Ourém (Rotunda a incluir)								X		X
Ourém	Rua de Stª Teresa até ao cruzamento da Av. D. Nuno Álvares Pereira								X		
Ourém	Castelo		X								
Ourém	Largo da Sé Colegiada					X					
Ourém	Largo D.ª Maria I					X					
Fátima	Rotunda dos Pastorinhos										X
Fátima	Rotunda dos Peregrinos										X

Fátima	Av. D. José Alves Correia da Silva								X		
Fátima	Separadores na Av. D. José Alves Correia da Silva: Zona norte (desde a rotunda das velas até ao túnel) e Zona Sul (desde saída do túnel até à rotunda de Stº António)				X						
Fátima	Rua João Paulo II								X		
Fátima	Rua de Santo António								X		
Fátima	Rua Francisco Marto								X		
Fátima	Rua Jacinta Marto								X		
Fátima	Rua Rainha Santa Isabel								X		
Fátima	Rua Cônego Manuel Nunes Formigão								X		
Fátima	Avenida Santo Agostinho								X		
Fátima	Praça Luis Kondor				X			X			
Fátima	Rua 13 de Maio	X									
Fátima	Zona Pedonal entre Hotel Stº Cruz e Café Apollo								X		
Fátima	Jardim Lombo d'Égua				X	X					

- (1) - Colocação área de iluminação alusiva ao natal
- (2) – Colocação de iluminação – contorno do edificado existente
- (3) – Colocação de árvore natal string
- (4) – Decoração de árvores naturais existentes no local
- (5) – Decoração do espaço com motivo alusivo a quadra natalícia
- (6) – Decoração da fachada do edifício
- (7) – Árvore de natal gigante
- (8) – Decoração das laterais com iluminação alusiva ao natal
- (9) - Colocação de túnel string, com comprimento mínimo de 30 metros
- (10) – Decoração da rotunda com motivos alusivos à quadra natalícia

4 - Locais para os quais devem ser apresentadas propostas de iluminação.

Constam do Anexo I aos Termos de Referência – Enquadramento, características, referências e outros requisitos de natureza estética, artística ou técnica que os trabalhos deverão respeitar.

- a) Para o esclarecimento de dúvidas quanto à localização e/ou nomenclatura das artérias, deverá ser usado o sistema de informação geográfico municipal: GeoPortal WebSIG Público do Município de Ourém (cm-ourem.pt).
- b) Se, por um qualquer motivo não passível de ser previsto atualmente, não for possível a colocação de iluminação num dos espaços e/ou edifícios mencionados, deverá ser encontrada, entre as partes contraentes, uma alternativa.

5 – Prazo.

- a) As iluminações devem abranger os períodos de:

Início das montagens: 03 de novembro de 2025

Ligação oficial da iluminação: 05 de dezembro de 2025

Encerramento oficial: 06 de janeiro de 2026

Desmontagens: 07 de janeiro de 2026

- b) A programação dos relógios deverá considerar os seguintes horários:

b1) domingo a quinta-feira: 17h30-00h30;

b2) sexta-feira, sábado e vésperas de feriados: 17h30-01h00.

6 - Normas de segurança.

Os concorrentes devem ter em consideração as seguintes regras básicas:

- a) Os circuitos de iluminação a estabelecer (montagem, implantação, funcionamento e desmontagem de estruturas, motivos, quadros e redes elétricas) deverão ser executados em respeito pelas normas técnicas e de segurança em vigor, sem prejuízo da rede de distribuição de energia elétrica do Município;
- b) Não será permitida a amarração nem a colocação de iluminação decorativa nos apoios ou colunas da rede de distribuição;
- c) Deverá ser prevista uma caixa para instalação de equipa de contagem em cada circuito, a qual deve ainda alojar os órgãos de corte geral e de proteção, sendo a proteção de

pessoas contra permitidas ligações diretas à rede de distribuição ou à rede de Iluminação Pública.

7 - Acompanhamento na montagem e desmontagem, Assistência técnica e Reparação de avarias.

- a) Deverá ser, obrigatoriamente, designado um coordenador de montagem e desmontagem das iluminações, com assistência 24 horas;
- b) É obrigatória a prestação de assistência técnica associada à implementação do projeto e funcionamento das iluminações no período em que estiverem ligadas;
- c) A assistência e reparação de avarias deverá ser prestada até ao prazo máximo de 12 horas.

8 – Exequibilidade.

O trabalho de conceção, na sua totalidade, terá que ser tecnicamente exequível.

9 - Valor máximo do custo global da concretização do trabalho de conceção

O valor máximo do custo global da concretização do presente procedimento é de **200.000,00 €** (duzentos mil euros), no prazo total do contrato, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor (23%).

Artigo 5º **Decisão de seleccionar**

Nos termos do disposto no art.º 219.º-I do CCP, a decisão de seleccionar 1 (um) trabalho de conceção, atribuindo como prémio de consagração a celebração do contrato de prestação de serviços para o desenvolvimento, e execução do trabalho apresentado, foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Ourém.

Artigo 6º

Processo de concurso

1 - O processo de concurso é constituído pelos seguintes documentos:

- a) Estes Termos de Referência, que integram os elementos escritos necessários ao suporte do trabalho e desenvolvimento do objeto do concurso, que tem como **anexo I, o Caderno de Encargos relativo ao procedimento de Ajuste Direto**, nos termos do n.º 2 do art.º 219.º-A e alínea k) do n.º 1 do art.º 219.º-D, ambos do CCP.

2 - O processo do concurso é integralmente disponibilizado, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, na plataforma eletrónica de contratação pública, no endereço <https://www.acingov.pt> competindo aos interessados a verificação comparativa do conteúdo das mesmas com as peças patenteadas a concurso.

3 - O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e deverá ser feito através da página da internet <https://www.acingov.pt>

4 - Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do procedimento e os interessados, serão efetuadas através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Artigo 7º Esclarecimentos

1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação dos presentes Termos de Referência, devem ser solicitados, por escrito, durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação dos trabalhos de conceção, através da plataforma eletrónica AcinGov.

2 - O Júri responderá, por escrito, através da referida plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação dos trabalhos de conceção, sendo que a falta de resposta até àquela data, determina a prorrogação do prazo para apresentação dos trabalhos de conceção, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

3 - Os esclarecimentos prestados pelo Júri fazem parte integrante dos presentes Termos de Referência e prevalecem sobre estes em caso de eventual divergência

Artigo 8º Visitas aos locais

- 1 - As visitas aos locais poderão ocorrer livremente sem necessidade de qualquer marcação.
- 2 - Todas as questões que possam surgir na sequência das visitas, deverão ser formalizadas por escrito em fase de pedidos de esclarecimento, de acordo com as regras constantes no artigo anterior.

Artigo 9º **Júri do procedimento**

1 – Análise de propostas:

- a) As propostas serão analisadas pelo Júri do Concurso, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos.
- b) O Júri do concurso procede à apreciação dos trabalhos de conceção e elabora um relatório final, assinado por todos os seus membros, no qual deve indicar, fundamentadamente:
 - b1) A ordenação dos trabalhos de conceção apresentados, de acordo com o critério de seleção fixado nos presentes Termos de Referência.
 - b2) A exclusão dos trabalhos de conceção apresentados em violação de quaisquer regras relativas à apresentação dos trabalhos.
- c) As deliberações do Júri sobre a ordenação dos trabalhos de conceção apresentados ou sobre a exclusão dos mesmos por inobservância da descrição das características, das particularidades, das referências e de quaisquer outros requisitos que os trabalhos devam apresentar, têm carácter vinculativo para a entidade adjudicante, não podendo, em qualquer caso, ser alteradas depois de conhecida a identidade dos concorrentes

Artigo 10º **Concorrentes**

- 1- Podem apresentar trabalhos de conceção todas as entidades singulares ou coletivas.
- 2- O trabalho de conceção pode ser subscrito por um agrupamento de concorrentes, sem que entre os mesmos exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 3- Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato.

- 4- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes a título individual nem integrar diferentes agrupamentos de concorrentes.
- 5- Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção do trabalho de conceção.
- 6- Não podem ser concorrentes ou integrar agrupamento, as entidades singulares ou coletivas que se encontrem em qualquer situação de impedimento legal, de acordo com o disposto na lei portuguesa, nomeadamente as previstas no art.º 55.º, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A, ambos do CCP.
- 7- Estão ainda impedidos de concorrer, ou de colaborar a qualquer título com um concorrente, os membros do Júri, peritos e consultores do mesmo, funcionários da Município de Ourém, assessores e colaboradores, e outras entidades singulares ou coletivas que, por quaisquer circunstâncias, tenham tido acesso a informação privilegiada relativa ao presente procedimento ou tenham prestado, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as regras da concorrência
- 8- Os concorrentes deverão garantir a originalidade dos trabalhos de conceção e execução, e o respeito pela propriedade intelectual relativa aos conteúdos apresentados;
- 9- São os concorrentes responsáveis por qualquer reclamação relativa à violação dos Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, que possam ser apresentadas por terceiros;
- 10- O concorrente, cuja proposta de conceção e execução fique classificada em primeiro lugar, concorda ceder, ao Primeiro Outorgante, o Direito de Propriedade sobre a mesma para os devidos efeitos;
- 11- A identidade dos concorrentes autores dos trabalhos de conceção apresentados só pode ser conhecida e revelada depois de elaborado o relatório a que se refere o n.º 1, do artigo 219.º-I, do CCP;
- 12- A entidade adjudicante, o júri do concurso e os concorrentes devem respeitar o disposto no ponto anterior;
- 13- Os concorrentes, ao submeterem as propostas a concursos, confirmam o conhecimento integral dos Termos de Referência.

Artigo 11º

Documentos a apresentar no Concurso Público de conceção

1 - Para efeitos de candidatura ao Concurso Público de Conceção, devem os concorrentes apresentar:

a) As propostas / trabalho de conceção reunidos num Dossier da Proposta, **em formato digital**, onde esteja descrita a proposta global de conceção, devendo comportar todos os aspetos considerados convenientes para a sua compreensão e apreciação, onde se incluem:

a1) A descrição do conceito, incluindo memória descritiva com peças escritas, gráficas e ou desenhadas, a cores, que esclareça o trabalho de conceção, em particular, com a indicação das diversas tipologias de iluminação decorativas, respeitantes a todos os locais a que se destinam em conformidade com o quadro constante no n.º 3 da clausula n.º 4 dos Termos de Referência.

a2) Imagens 3D e / ou simulações em fotomontagem das diferentes tipologias de intervenção a realizar nos espaços designados;

a3) Letra da música da animação das Árvores de Natal gigantes e identificação do sistema de som utilizado, através do envio de um ficheiro mp3 para o efeito;

a4) Relatório com descrição detalhada de todos os materiais e equipamentos a utilizar, nomeadamente, as estruturas, motivos, cablagem, as peças decorativas e tipo de iluminação, onde constem as especificações técnicas, cores, quantificação e consumos energéticos em W;

a5) Identificação do consumo total em KWh por ponto de consumo a instalar;

a6) Integram, ainda, o trabalho de conceção, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para a compreensão integral da sua proposta concetual, devendo o concorrente especificar os aspetos que considere relevantes para a apreciação e valorização do seu trabalho de conceção;

a7) Cronograma da execução da instalação de acordo com a calendarização proposta no ponto 9., do Anexo I, aos Termos de Referência;

a8) Custo global do desenvolvimento, execução, concretização e materialização do trabalho da conceção, em euros, em algarismos e por extenso, que não devem incluir o IVA, para cada ano de execução do contrato, devendo respeitar o preço base constante no ponto 9 do artigo 4.º dos presentes Termos de Referência;

a9) Identificação do coordenador técnico de acompanhamento da montagem e desmontagem da iluminação proposta.

b) Apresentar as seguintes declarações:

b1) Declaração - Modelo 1 (conforme Anexo IV.1 a estes Termos de Referência);

b2) Declaração – Modelo 2 (conforme Anexo IV.2 a estes Termos de Referência);

c) A falta de apresentação de algum dos documentos referidos nas alíneas a) e b) do presente ponto, **conduz à exclusão**, nos termos do n.º 3 do artigo 219.º-E do CCP.

2 - Todos os elementos que materializam os trabalhos de conceção devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores, sob pena de exclusão.

3 - Todos os documentos que materializam os trabalhos de conceção devem ser redigidos em Língua Portuguesa ou, não o sendo, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

4 - Devem ser apresentadas propostas de Árvore de Natal gigante diferenciados para cada um dos locais e serão valorizadas propostas de decoração diferenciadas.

5 - Cada concorrente pode apresentar vários trabalhos de conceção, devendo, para cada um deles, observar o disposto no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 12º

Prazo e modo de apresentação dos documentos

1 - As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às 23H59m do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no DRE

2 - Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.

3 - A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas.

4 - Os documentos que materializam os trabalhos de conceção serão **entregues em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra “Trabalho” e a designação do concurso;**

5 - **Em invólucro com as mesmas características**, deve ser encerrado um documento com a identificação e os contactos do concorrente, no rosto do qual deve ser escrita a palavra **“Concorrente”** e a designação do concurso;

6 - **Os dois invólucros a que se referem os pontos anteriores são encerrados num outro, igualmente opaco e fechado**, que se denomina “Invólucro exterior”, indicando apenas a designação do concurso e a entidade adjudicante: **P116/20025 - CONCEÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO FESTIVA E DECORATIVA DO NATAL DE 2025 PARA AS CIDADES DE OURÉM E FÁTIMA;**

7 - Todos os documentos que materializam os trabalhos de conceção, bem como todos os invólucros referidos nos números anteriores, devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores de forma a garantir o anonimato dos concorrentes;

8 - O invólucro exterior pode ser entregue diretamente: Edifício Principal, Praça D. Maria II n.º 1, 2490 – 499 - Ourém, ou enviado por correio registado, **sem indicação do remetente**, devendo em qualquer caso a respetiva receção ocorrer dentro do prazo e no local fixado para a apresentação dos trabalhos de conceção;

9 - A receção dos invólucros será registada anotando-se a hora e data em que os mesmos são recebidos e, no caso de entrega direta, será apenas entregue ao portador um recibo comprovativo dessa entrega: fotocópia do invólucro exterior com a menção “recebido”, data, hora, carimbo e assinatura.

10 - O invólucro com a designação **“Concorrente”** deverá conter os documentos constantes **nas alíneas a9) e b) do n.º1 do artigo 11.º:**

10.1- Modelo 1 – Declaração de identificação do concorrente;

10.2 - Modelo 2 - Declaração de aceitação dos Termos de Referência.

10.3 – Declaração com identificação do coordenador técnico de acompanhamento da montagem e desmontagem da iluminação proposta indicado na alínea a9) do n.º 1 do artigo 11.º

11 - O invólucro com a designação "**Trabalho**" deverá conter:

11.1 - Suporte digital (pen ou CD) com os documentos referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º, devidamente identificados por alínea de resposta, **com exceção do indicado na alínea a9)**

- Outros que o concorrente entenda convenientes.

11 - Os documentos apresentados a concurso não podem, no seu todo ou em parte, ser divulgados por qualquer meio, antes de conhecido e tornado público o Relatório Final do Júri, onde consta a avaliação e ordenação dos trabalhos e a identidade dos concorrentes.

Artigo 13º **Critérios de seleção**

Os trabalhos de conceção apresentados pelos concorrentes ou agrupamento de concorrentes são avaliados segundo o modelo de avaliação dos trabalhos, disposto no Anexo II aos Termos de Referência.

Artigo 14º **Apreciação dos trabalhos de conceção**

1 - O Júri avaliará cada um dos trabalhos apresentados a Concurso, com base nos critérios de seleção definidos, devendo as suas apreciações e respetivas fundamentações constar das atas das reuniões em que tenham lugar.

2 - Não são admitidas classificações *ex aequo*.

3 - O Júri elabora um Relatório Final, assinado por todos os seus membros, no qual deve indicar, fundamentadamente:

3.1- A ordenação dos trabalhos de conceção apresentados, de acordo com os critérios de seleção;

3.2-A exclusão dos trabalhos de conceção em que, designadamente:

3.2.1 - Os trabalhos tenham sido apresentados, via plataforma eletrónica, após o termo do prazo fixado para a sua apresentação;

3.2.2 - Os documentos que os materializam contenham qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o concorrente.

4- O Júri pode ainda propor a exclusão do trabalho de conceção por inobservância de qualquer das normas previstas nestes Termos de Referência.

5- Do Relatório Final deverá constar a fundamentação da avaliação e a ordenação de todos os trabalhos e ainda quaisquer reflexões e recomendações que o Júri entenda formular, para o futuro desenvolvimento do projeto classificado em primeiro lugar.

Artigo 15º **Decisão de seleção**

1 - O Relatório Final do Júri será submetido a decisão de seleção por parte do órgão competente para a decisão de contratar que selecionará 1 (um) trabalho de conceção, concorrente ordenado em primeiro lugar, de acordo com o teor e as conclusões do mesmo, designadamente com as deliberações vinculativas tomadas pelo Júri, e procede à atribuição do prémio previsto no artigo seguinte.

2 - Todos os concorrentes serão notificados, via plataforma eletrónica AcinGov, da decisão de seleção e atribuição do prémio de consagração, acompanhada de cópia do Relatório Final do Júri.

Artigo 16º **Prémios**

1 - Não há atribuição de prémios de participação.

2 - Só será selecionado 1 (um) trabalho de conceção.

3 - O prémio de consagração atribuído ao concorrente sobre cujo trabalho de conceção recaia a decisão de seleção, concorrente ordenado em primeiro lugar, é a intenção de celebração de contrato de prestação de serviços para desenvolvimento/concretização do trabalho de conceção apresentado, nos termos estabelecidos no artigo 20.º destes Termos de Referência.

Artigo 17º **Documento de habilitação**

1 - O concorrente sobre cujo trabalho recaia a decisão de seleção deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação prevista no artigo 15.º, documento comprovativo das habilitações adequadas e necessárias à execução do objeto do contrato a celebrar (declaração de início de atividade - pessoas individuais e certidão permanente da sociedade - pessoas coletivas), sob pena de caducidade da decisão de seleção do respetivo trabalho.

2 - No caso de a decisão de seleção recair sobre um trabalho de conceção apresentado por um agrupamento de entidades singulares ou coletivas, uma das entidades deve comprovar o requisito de poder vir a desenvolver/concretizar o objeto do trabalho de conceção, sob pena de caducidade da decisão de seleção do trabalho.

3 - No caso de caducidade da decisão de seleção em resultado do incumprimento do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar, seleciona o trabalho de conceção ordenado em lugar subsequente, havendo lugar à revisão da atribuição do Prémio.

Artigo 18º **Divulgação da decisão de seleção**

Depois de comprovadas as habilitações dos concorrentes, serão os resultados do concurso e o Relatório Final do Júri divulgados mediante envio de anúncio para publicação no JOUE, nos 30 (trinta) dias posteriores à data da decisão de seleção tomada pela entidade adjudicante.

Artigo 19º **Direitos de autor**

1 - O trabalho selecionado que vier a ser objeto de adjudicação em fase de Ajuste Direto passará a constituir propriedade patrimonial da Entidade Adjudicante, sem prejuízo dos direitos de natureza pessoal do(s) seu(s) autor(es), conforme o disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março.

2 - A propriedade dos restantes trabalhos, mantém-se na esfera dos respetivos autores, não podendo aqueles ser usados pela Entidade Adjudicante para publicação ou qualquer outro fim, sem a sua expressa autorização.

Artigo 20º **Procedimento por ajuste direto, nos termos do n.º 2 do art.º 219.º-A do CCP**

1 - A entidade adjudicante tem como objetivo celebrar por ajuste direito, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 219.º-A e na alínea g) do n.º 1 do art.º 27.º, ambos do CCP, um Contrato de Prestação de Serviços destinado ao desenvolvimento e concretização do trabalho selecionado no âmbito do presente concurso, de acordo com o caderno de encargos, junto como anexo III.

2 - O valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução da proposta de conceção e construção selecionada não pode ser superior a 200.000,00€ (duzentos mil euros) durante o prazo máximo de execução do contrato, devendo observar a seguinte cronologia:

- a) 65% Após a **ligação oficial da iluminação**: 05 de dezembro de 2025
- b) 35% Após a **conclusão das desmontagens** e retirada de todos os equipamentos.

Artigo 21º **Documentos dos Termos de Referência**

Os presentes Termos de Referência são acompanhados por três anexos que integram aqueles Termos, nomeadamente para efeitos do artigo 219.º-D do Código dos Contratos Públicos, abaixo identificados:

- **Anexo I** - ENQUADRAMENTO, CARACTERÍSTICAS, REFERÊNCIAS E OUTROS REQUISITOS DE NATUREZA ESTÉTICA, ARTÍSTICA OU TÉCNICA QUE OS TRABALHOS DEVERÃO APRESENTAR;
- **Anexo II** - MODELO DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE;
- **Anexo III** - CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO AO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO A ADOTAR NOS TERMOS DA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 27.º DO CCP;
- **Anexo IV.1 – Modelo 1** - DECLARAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE;
- **Anexo IV.2 – Modelo 2** - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO
- **Anexo V** - PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO DAS VÁRIAS RUAS / LOCAIS ONDE SERÁ COLOCADA A ILUMINAÇÃO
- **Anexo VI** - PLANTAS COM IDENTIFICAÇÃO DOS VÁRIOS PONTOS DE LUZ, DISPONÍVEIS E SUAS CARACTERÍSTICAS